

PROCESSOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS: A TRANSFORMAÇÃO DO PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO (1994– 2008)

JAMYLLE MAIA

Universidade Federal do Pará/ UFPA

jamyillemaia@gmail.com

ANDRESSA RAFAELLA

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

moraesrafaella17@gmail.com

MONIKA RESCHKE

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

reschke.monik@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O presente estudo investiga as transformações institucionais do Preventório Santa Terezinha, em Belém (PA), analisando sua transição de um espaço de isolamento profilático para uma instituição de ensino formal entre 1994 e 2008. A instituição fundada em 1948 tinha inicialmente a função sanitária de abrigar filhos sadios de pais tuberculosos. Com o avanço da medicina e a redução dos casos da doença, a finalidade institucional foi redefinida, assumindo um papel educacional direcionado a crianças em situação de vulnerabilidade social. Nesses termos, buscamos compreender de que forma as políticas públicas de saúde e educação, aliadas à ação estatal, determinaram essa reconfiguração institucional. Argumenta-se que essa mudança não foi apenas uma adequação, mas reflexo de um processo histórico no qual o controle sanitário cedeu lugar à escolarização como principal eixo de intervenção do Estado na infância.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo busca compreender como a ação do Estado, por meio da implementação de políticas públicas de assistência e educação, foi crucial para a redefinição da natureza do Preventório Santa Terezinha, de um caráter assistencial e sanitário para uma instituição escolar formal. As reformulações estatutárias de 1994 e



1996, que consolidaram a função escolar da instituição, tiveram como precursor fundamental o Termo de Convênio nº 55/88 (SEDUC). Embora o recorte da pesquisa compreenda o período de 1994 a 2008, esse convênio de 1988 é um marco essencial, pois antecipou a divisão física do prédio e estabeleceu as bases normativas que fundamentaram as transformações estruturais e pedagógicas efetivadas nos anos posteriores.

A fundamentação teórica baseia-se no conceito de instituição de Saviani (2005), que a define como uma estrutura material criada para atender a necessidades humanas de caráter permanente. A história da instituição é compreendida dentro de sua multidimensionalidade, levando em conta as especificidades do contexto regional. A metodologia utiliza fontes do arquivo da instituição, como os Estatutos Reformados de 1994, registros administrativos e recortes de jornais.

De acordo com Saviani (2005), uma instituição não é meramente temporária, mas construída para perdurar enquanto cumprir seus princípios fundantes, evoluindo continuamente para atender às necessidades humanas e auxiliar no progresso social. Embora as instituições possam se transformar ao longo do tempo, elas geralmente emergem de carências específicas, como se observou na realidade educacional do Preventório Santa Terezinha; ao identificar as lacunas formativas da comunidade local, a instituição passou a atuar de forma estratégica, indo além do ensino do conteúdo formal para se tornar um instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais presentes.

No contexto do Preventório Santa Terezinha, essa conexão é evidente, isto é, o recorte temporal da pesquisa (1994 a 2008) marca uma etapa decisiva de transição, com a reformulação do Estatuto do Preventório em 1994 e, a partir de 1996, o reconhecimento formal como instituição educacional e a implantação do ensino regular. Essas mudanças são diretamente influenciadas por mudanças nas políticas de educação básica, saúde pública e assistência social. O estudo se encerra em 2008, ano em que a instituição celebrou 60 anos de existência e 12 anos de atuação como escola, consolidando sua nova identidade.

Esse processo de transição institucional alinha-se à reforma do aparelho do Estado brasileiro iniciada nos anos 1990, que de acordo com Leal (2018) buscou



adequar as políticas educacionais à nova ordem global, fortalecendo o papel do Estado como avaliador e regulador das instituições.

Nesse sentido, a reconfiguração da função social do Preventório Santa Terezinha, de instituição marcada por um regime de internação rígido, voltado ao isolamento profilático de crianças filhas de tuberculosos, para uma escola e creche inserida nas redes formais de educação, revela deslocamentos nas políticas públicas voltadas à infância no Brasil. Tal transformação não deve ser compreendida apenas como uma adequação institucional, mas como expressão de um processo histórico mais amplo de ressignificação da infância, em que o controle sanitário cede lugar à escolarização como principal eixo de intervenção estatal.

Uma matéria de jornal publicada em 2008, em comemoração aos 60 anos do Preventório Santa Terezinha, destaca sua trajetória institucional. Fundado para abrigar crianças sadias filhas de pais tuberculosos, com função sanitária e assistencial, o preventório passou por transformações e, em 2008, atuava como creche, atendendo 180 crianças em situação de vulnerabilidade social. A reportagem destaca que, embora sua função original tenha sido superada, permanecem características do modelo assistencial.

A transformação da instituição aqui estudada constituiu um processo intrinsecamente político e historicamente situado. Embora impulsionado, em um primeiro momento, por dinâmicas internas, as práticas cotidianas, as demandas da comunidade que, de forma orgânica, antecederam e prepararam o terreno para a emergência de uma função educacional, este movimento foi, posteriormente e de forma decisiva, intervindo e reconfigurado pela agência estatal.

Como evidência desse processo, destaca-se o Termo de Convênio nº 55/88 firmado com a SEDUC, que estabeleceu a cessão do prédio para o ensino de 1º grau, com capacidade para 220 alunos e a designação de uma equipe técnica de servidores pelo Estado, consolidando a transição do regime de isolamento para o de escolarização formal.

O documento explicita que a SEDUC disponibilizaria doze servidores, entre eles, sete professores, além de secretária, merendeira e servente, bem como o fornecimento de materiais permanentes e de expediente. Tal medida evidencia a atuação do Estado na reconfiguração das práticas da instituição, que deixa de se caracterizar



pelo isolamento sanitário e passa a orientar-se por uma proposta de escolarização estruturada e profissionalizada.

Além disso, a SEDUC passou a assumir o fornecimento de gêneros alimentícios e o pagamento das despesas de água e energia elétrica, enquanto à instituição caberia à responsabilidade pelos reparos estruturais do prédio, demonstra uma clara divisão de atribuições. Tal arranjo reforça a estreita articulação com o poder público consolidando um modelo de cooperação que sustentou o funcionamento e a reorganização das práticas institucionais.

A implementação de políticas públicas de saúde e, sobretudo, de educação e assistência social, atuou como uma força reguladora e definidora, não apenas normatizando e consolidando uma função escolar já latente, mas politicamente reordenando e controlando os objetivos, as estruturas e as práticas da instituição. As mudanças no estatuto e os convênios firmados são a expressão das políticas públicas que, conforme Leal (2018) dão visibilidade e materialidade ao Estado, permitindo que o projeto educativo se concretize no cotidiano institucional.

CONCLUSÕES

A análise do processo de transformação do Preventório Santa Terezinha evidencia que sua redefinição institucional esteve diretamente relacionada à ação do Estado e à implementação de políticas públicas de educação e assistência social. As reformulações estatutárias de 1994 e o reconhecimento formal como instituição educacional a partir de 1996 constituem marcos decisivos, pois expressam a normatização estatal que consolidou sua função escolar e reorientou seus objetivos, estruturas e práticas.

Esse processo não ocorreu de forma abrupta, mas foi resultado de continuidades e rupturas que mantiveram elementos do modelo assistencial, como a estreita relação com o poder público e o cuidado coletivo, ao mesmo tempo em que consolidaram uma nova função social centrada na escolarização de crianças em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a transformação do Preventório Santa Terezinha reflete mudanças amplas nas políticas de infância no Brasil, em que a educação assumiu papel central na intervenção estatal, evidenciando a maleabilidade das instituições diante das demandas sociais e das diretrizes políticas. Assim, sua consolidação como espaço



educativo revela-se um processo histórico e político, orientado por normatizações que redefiniram sua identidade e função social no campo educacional.

REFERÊNCIAS

LEAL, Willany Palhares Palhares. **A relação Estado e políticas públicas: uma análise das ações de políticas públicas educacionais no Estado do Tocantins a partir dos anos 1990**. Humanidades & Inovação, v. 5, n. 4, p. 70-79, 2018.

PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA. Arquivo (1954). **Regimento Interno do Preventório De Santa Terezinha Para Filhos Menores de Tuberculosos**. Belém. PA, 1954.

PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA. Arquivo (1965). **Estatuto do Preventório De Santa Terezinha Para Filhos Menores de Tuberculosos**. Belém. PA, 1965.

PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA. Arquivo (1988). **Termo de Convênio nº 55/88**. Belém. PA, 1988.

PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA. **O Preventório**. Belém, [2025]. Disponível em: <http://preventorio.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SANFELICE, J. L. **História das instituições escolares**. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2007.

SANFELICE, J. L. **História das instituições escolares: desafios teóricos**. *Série-Estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande, MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i25.212>.

